

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP  
PORTO - PORTUGAL

## CATÁLOGOS DE MUSEUS COMO POTENCIAIS INSTRUMENTOS DA DIMENSÃO SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

Ana Cristina de Albuquerque 1, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina PPGCI UEL, <https://orcid.org/0000-0003-3506-0479>, Brasil, [albulanati@uel.br](mailto:albulanati@uel.br)

Giulia Crippa 2, Universidade de Bologna UNIBO, <https://orcid.org/0000-0002-6711-3144>, Itália, [giulia.crippa2@unibo.it](mailto:giulia.crippa2@unibo.it)

### Exo: Perspectivas Epistemológicas

#### 1 Introdução

Este trabalho parte de uma abordagem centrada na dimensão social da Organização e Representação do Conhecimento (ORC), no campo da Ciência da Informação. Isso significa que se busca compreender como os sistemas de classificação, os esquemas conceituais e os padrões utilizados para organizar a informação estão diretamente influenciados pelas condições sociais em que são produzidos e aplicados.

Como afirma Barité (2001), os esquemas e sistemas de informação estão inseridos em "situações sociais de conhecimento", ou seja, eles não existem de forma isolada, mas são desenvolvidos, utilizados e interpretados dentro de contextos sociais específicos. Isso incita reconhecer que os modos de organizar o conhecimento refletem práticas sociais, interesses coletivos e históricos, bem como disputas simbólicas sobre o que deve ser conhecido, representado e valorizado.

Essa orientação pode ser entendida como o fundamento de uma perspectiva social da ORC ou uma forma de compreender os processos de organização da informação a partir das influências culturais, políticas, simbólicas e linguísticas que os atravessam. Trata-se de um conjunto de pressupostos teóricos e práticos que busca problematizar as escolhas envolvidas na representação do

conhecimento, reconhecendo que essas escolhas não são neutras nem universais.

Desta forma, a questão norteadora é: como se apresentam as características da dimensão social da ORC, em catálogos de museus?

O objetivo é refletir teoricamente sobre a organização e estrutura de três catálogos de museus e um inventário que podem caracterizar uma Organização e Representação do Conhecimento ligadas ao contexto social.

A pesquisa se justifica pela possibilidade de discutir teórica, metodológica e epistemologicamente, sobre os elementos que caracterizam não só as estruturas semânticas de produtos que representam o conhecimento, mas também como estes instrumentos se apresentam aos usuários.

#### 2 Os catálogos de museus

O museu constitui uma instituição viva, em constante processo de atualização e expansão de seu acervo. A atividade primordial que dá origem a todo o seu desenvolvimento é a formação da coleção, a qual será posteriormente preservada, estudada, interpretada e comunicada. A cultura material é o núcleo fundamental desse processo, pois é a partir dela que se constroem narrativas, identidades culturais e sociais.

Os objetos museológicos, como outros documentos informacionais, representam manifestações da atividade humana ou registros naturais. Deslocados de seu contexto original, tornam-se testemunhos valiosos que permitem sua leitura em outras chaves interpretativas, servindo como fontes de conhecimento. Para Ferrez (1994), os museus são instituições essencialmente informacionais, pois seus objetos funcionam como portadores e transmissores de significados, e, ao serem estudados, possibilitam a produção de novas interpretações e saberes.

A documentação museológica corresponde à sistematização e registro técnico das informações sobre os objetos do acervo. Trata-se de um conjunto de procedimentos, métodos e instrumentos que servem para organizar, gerir e facilitar o acesso à informação nos museus, tendo como base atividades como a classificação, a catalogação, a análise descritiva e temática. Conforme Barbuy (2008), a documentação museológica “constitui uma base ampla de informações que alimenta pesquisas e ações de curadoria, tanto internas quanto externas, e que se renova com os estudos realizados sobre ou a partir do acervo” (p. 37).

A origem histórica da documentação museológica remonta à Antiguidade e à Idade Média, quando se utilizavam inventários como forma de controle e registro das coleções. Marín Torres (2002) destaca que, no contexto do colecionismo privado, especialmente nos séculos XV e XVI, os livros de registro continham descrições minuciosas, tais como data de entrada e atributos dos objetos, possibilitando sua identificação e, posteriormente, a reconstrução das coleções originais.

No cerne dessa prática está o catálogo, instrumento central da documentação museológica. Sua estrutura e função variam conforme o tipo de museu, sua missão, localização geográfica, público-alvo e perfil institucional. Bittencourt (1996), ao estudar os

Gabinetes de Curiosidades, menciona o naturalista dinamarquês Olaus Worm, que publicou em 1655 um catálogo impresso de sua coleção, contendo cerca de 1500 itens. Segundo o autor, o catálogo de Worm representa uma tentativa pioneira de sistematizar, organizar e dar visibilidade ao espaço físico da coleção, revelando o método subjacente à sua ordenação (BITTENCOURT, 1996, p.10).

O autor ainda ressalta que os Gabinetes de Curiosidades e as Enciclopédias são, em sua essência, repositórios de informação sistematizada e passível de recuperação. Funcionam como dispositivos científicos baseados na prática da classificação, ao colocarem os objetos do mundo natural sob o controle da razão humana por meio da linguagem e da taxonomia (BITTENCOURT, 1996, p. 14).

Catálogos, inventários, livros-tombo e bases digitais são exemplos concretos dos produtos documentários derivados do tratamento da informação em museus. Cerávolo e Tálamo (2007) observam que, ao longo da história, tais registros foram realizados por eruditos e especialistas que conheciam profundamente suas coleções, demonstrando que a curadoria informacional exige conhecimento especializado.

De acordo com Marín Torres (2002), a evolução da documentação museológica reflete também as mudanças no modo como as sociedades compreendem o mundo. Os critérios de seleção, ordenação e exposição aplicados aos objetos e seus catálogos expressam princípios epistemológicos distintos e transformações históricas nas formas de classificação. Por exemplo, no contexto dos *Kunstkammern* (Gabinetes de Curiosidades maneiristas), os critérios classificatórios variavam conforme as intenções dos colecionadores, levando a debates que impulsionaram o desenvolvimento da história da arte e das ciências (MARÍN TORRES, 2002).

A sistematização das informações nos catálogos possibilita a geração de novos conhecimentos e a articulação entre setores diversos do museu. Silveira (2004) reforça que o catálogo pode assumir múltiplas funções: listar, ilustrar, classificar, explicar, sendo estruturado para organizar a informação de forma coerente e contextualizada, podendo ser um guia, uma revista, um cartaz, ou qualquer forma impressa ou digital que possibilite a difusão do conhecimento.

No tratamento técnico, o uso de vocabulários controlados, listas de autoridade, cabeçalhos temáticos e tesouros assegura a padronização e a consistência terminológica, promovendo a recuperação eficaz da informação. Nesse sentido, Yassuda (2009) identifica os seguintes instrumentos documentários principais:

- **Livro-tombo:** registro inicial e formal dos objetos ao entrarem no acervo, com dados de identificação e classificação.
- **Fichas catalográficas:** ordenadas sistematicamente, contêm descrições técnicas e interpretativas das peças.
- **Índices:** instrumentos de recuperação por diversos pontos de acesso (autor, tema, localização, etc.).
- **Etiquetas:** identificam os objetos nas exposições e servem como decodificadores para o público.

O processo de documentação museológica envolve, portanto, uma equipe interdisciplinar composta por museólogos, curadores, historiadores, conservadores e bibliotecários que contribui com distintos olhares e saberes para garantir a completude das informações registradas.

A classificação, enquanto operação cognitiva e técnica, está no cerne da documentação museológica, pois estabelece relações conceituais entre os objetos e estrutura as narrativas que o museu pretende comunicar. Conforme Oliveira (2009), esse processo se materializa nos catálogos, inventários e bases informatizadas, que oferecem uma visão global

e organizada do acervo tanto para os profissionais da instituição quanto para pesquisadores e visitantes.

O tratamento documental museológico, quando orientado por normas adequadas e ferramentas consistentes, assegura que os objetos museológicos estejam não apenas fisicamente preservados, mas também representados informacionalmente de forma acessível, contextualizada e científica — consolidando, assim, a função social e educativa dos museus.

### 3 Procedimentos Metodológicos

A Análise de Domínio é uma proposta teórico-metodológica desenvolvida no campo da Ciência da Informação que visa compreender como a informação é organizada e representada em contextos específicos. Essa abordagem foi formulada por Hjørland e Albrechtsen, em trabalho publicado em 1985, onde os autores afirmam que, para entender verdadeiramente a informação, é preciso estudar os domínios do conhecimento, ou seja, as áreas em que grupos sociais produzem e compartilham saberes por meio de comunidades de discurso.

Segundo Hjørland e Albrechtsen (1995), a Análise de Domínio pode ser definida como:

uma abordagem teórica de Ciência da Informação (CI), que afirma que a melhor forma de compreender as informações na ciência da informação é estudar as áreas de conhecimento como comunidades de discurso, que são partes da divisão da sociedade do trabalho. Organização do conhecimento, estrutura, padrões de cooperação, linguagem e formas de comunicação, sistemas de informação e critérios de relevância são reflexões dos objetos do trabalho dessas comunidades e do seu papel na sociedade. A psicologia, o conhecimento, a necessidade de informação e critérios subjetivos de relevância devem ser vistos nesta

perspectiva. (Hjørland & Albrechtsen, 1995)

Para ilustrar e proporcionar um direcionamento para a compreensão, Hjørland (2004) propõe três dimensões fundamentais que caracterizam um domínio:

1. Dimensão ontológica: refere-se ao que existe no domínio, ou seja, aos objetos e conceitos tratados, como, por exemplo, as relações organizadas em tesouros e sistemas de classificação.
2. Dimensão epistemológica: diz respeito aos modos de conhecer dentro do domínio, às tradições teóricas e metodológicas que fundamentam a produção do conhecimento na área.
3. Dimensão sociológica: considerada a mais importante, pois trata das comunidades envolvidas na produção do saber, seus valores, práticas e contextos sociais. É nesta dimensão que se situam os grupos sociais que compartilham práticas informacionais comuns.

Barité (2013) explica que o estudo do domínio é essencial para compreender a informação, entendendo-o como um universo relativamente autônomo, estruturado por conceitos inter-relacionados que partilham uma mesma perspectiva.

Suenaga (2014, p. 37) compreende a ideia de domínio como:

um domínio é constituído e representado por um conjunto de termos, de procedimentos, de atividades e suas relações, e está relacionado à competência ou alçada de uma instituição ou indivíduo.

Assim, o objetivo da Análise de Domínio é delimitar e compreender um contexto informacional específico, analisando os padrões de comunicação e os critérios de relevância utilizados por uma determinada comunidade. Essa abordagem se fundamenta nas chamadas comunidades de discurso, que

são grupos de indivíduos unidos por objetivos comuns, linguagem própria, práticas e conhecimentos compartilhados.

Swales (1990) define essas comunidades como grupos com alto grau de especialização, que utilizam um vocabulário técnico específico e se comunicam por meios próprios (revistas, encontros, correspondências, etc.). Ele propõe seis características para identificá-las:

1. Objetivos comuns: metas coletivas explícitas ou implícitas.
2. Mecanismos participativos: formas regulares de comunicação entre os membros.
3. Troca de informações: compartilhamento sistemático de conteúdos relevantes.
4. Estilos específicos de comunicação: formas discursivas padronizadas.
5. Vocabulário especializado: terminologia própria e comum ao grupo.
6. Especialização dos membros: domínio de conhecimento suficiente para contribuir com a comunidade.

Conforme explica Dias (2015), essas comunidades são construções sociais compostas por indivíduos com dimensões culturais, sociais e históricas compartilhadas.

Na área da Organização do Conhecimento, Amorim e Café (2016) afirmam que essas comunidades são a base para se entender os discursos documentários, já que produzem, tratam e disponibilizam a informação em sistemas de representação e recuperação.

Hjørland (2002) propõe onze abordagens que podem ser usadas para analisar domínios específicos, sendo elas:

1. Guias de literatura e portais especializados: mapeiam fontes de informação, relacionando conteúdos, tipologias e ideologias.
2. Tesouros e classificações especializadas: vocabulários

controlados baseados em relações semânticas.

3. Indexação e recuperação especializada: métodos que aprimoram a visibilidade e a recuperação das informações.
4. Estudos empíricos de usuários: investigam os comportamentos e estratégias cognitivas dos usuários.
5. Estudos bibliométricos: medem a produção do conhecimento, analisando conexões entre documentos, autores e instituições.
6. Estudos históricos: contextualizam a formação e evolução dos domínios ao longo do tempo.
7. Estudos de gênero e documentais: investigam os tipos documentais e estruturas discursivas dos domínios.
8. Estudos críticos e epistemológicos: exploram paradigmas, abordagens e metodologias.
9. Estudos terminológicos e de discurso: analisam linguagem natural, linguagem controlada e relações semânticas.
10. Estudos das estruturas e das comunidades científicas: observam instituições, grupos e redes de colaboração.
11. Análise da cognição profissional e da inteligência artificial: focam nos modelos mentais utilizados para representar o conhecimento em sistemas automatizados.

Essas abordagens demonstram a diversidade de estratégias possíveis para estudar e estruturar domínios de conhecimento, servindo de base para a criação de sistemas informacionais mais eficazes.

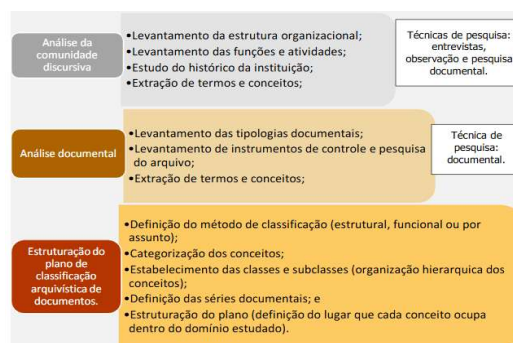
A Análise de Domínio, portanto, é um método importante para a Ciência da Informação, especialmente no desenvolvimento de Sistemas de Organização do Conhecimento adequados às necessidades reais dos usuários e às dinâmicas das comunidades de prática. Como explica Dias (2015), essa análise deve refletir a linguagem, as práticas e os conceitos

característicos de cada comunidade discursiva, o que garante maior precisão e coerência na representação do conhecimento.

#### 4 Análise e discussão: uma planificação da constituição de catálogos?

A planificação e identificação das características nos catálogos de museu seguirão uma adaptação do esquema metodológico, elaborado por Freitas e Albuquerque (2017). O modelo original é uma proposta metodológica para a elaboração de planos de classificação arquivística, conforme pode-se perceber na figura abaixo:

**Figura 1: Processo de elaboração de plano de classificação arquivística**



Fonte: Freitas & Albuquerque (2017)

O esquema adaptado ao objetivo proposto, com as seguintes etapas: Análise documental, análise da comunidade discursiva, análise e inferência das abordagens propostas na Análise de Domínio.

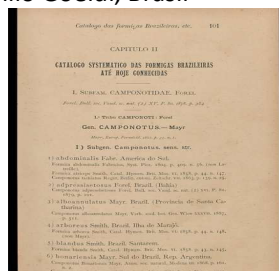
**Figura 2: Processo de elaboração de plano de classificação arquivística**



Fonte: elaboração própria

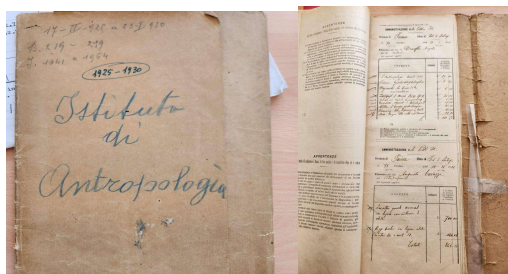
Como resultados parciais, apresenta-se quatro exemplos de catálogos, incluindo um inventário, que possibilitarão a discussão de como se apresenta o fator social, permeado pelo contexto que são elaborados.

**Figura 3:** Catálogo da coleção Entomológica do Museu Emílio Goeldi, Brasil



Fonte: a autora

**Figura 4:** Inventário do Museu de Antropologia da Universidade de Padova, Itália



Fonte: a autora

**Figura 5:** Catálogo da Europeana – connecting cultural heritage



Fonte: <https://www.europeana.eu/pt/about-us>

**Figura 6:** Catálogo Tainacan



Fonte: <https://tainacan.org/>

A partir do esquema metodológico proposto e da Análise de domínio, pode-se inferir, parcialmente, que:

#### Quanto a Análise Documental:

A documentação museológica é elaborada por diferentes profissionais, que estão envolvidos com o processo de aquisição, entrada, registro e exposição da obra como museólogos, curadores, historiadores, conservadores, ou seja, as peças de um museu são tratadas de forma interdisciplinar, revelando que o processo de tratamento documental necessita de olhares diversos, para que todas as informações possam ser ressaltadas.

#### Quanto a análise da comunidade discursiva:

Portanto, em um museu, o tratamento das informações é feito a partir das características dos objetos de acordo com o contexto e função a que se presta a instituição, ou seja, o tipo de museu e provavelmente suas linhas de atuação onde os instrumentos são inseridos de acordo com estes preceitos. A partir da elaboração de sua documentação, a documentação museológica define as características e as narrativas que constituirão uma forma de entendimento da lógica de sua organização.

#### Quanto à análise e inferência das abordagens propostas na Análise de Domínio:

Os quatro exemplos elencados, respeitando-se suas especificidades, demonstram que:

- Decisões que são semânticas e por conseguinte, reflexo das manifestações socioculturais, vão impactar todos os aspectos relacionados à organização e representação dos registros do conhecimento, o exemplo pode ser visualizado nos quatro catálogos que, de maneira voltada às necessidades e especificidades dos usuários, determinam

como os acervos podem ser representados.

- Olhar para qualquer estrutura ou perspectiva que intencione a organização e representação das manifestações informacionais do conhecimento constitui um desafio constante de articular diferentes noções, atores e garantias a partir de um conjunto de possibilidades abertas a múltiplas interpretações e aplicações.

- A dimensão social da Organização e Representação do Conhecimento, a partir de catálogos de museus, pode ser pensada justamente através do caráter colaborativo, partindo das experiências materiais que se constituem através dos sujeitos sociais e refletidas de maneira a possibilitar um acesso democrático e coerente com o contexto e com seus usuários.

- Demonstrem também o caráter dialético da Documentação Museológica, no sentido de ser construída a partir de processos históricos e dos sujeitos informacionais envolvidos.

## 5 Considerações Parciais ou Finais

Considera-se que a representação não é neutra, ela é delimitada por estratégias que visam a autoridade de um grupo acima de outros.

É fundamental analisar a forma com que as representações da diversidade cultural e linguística, tem ocorrido nos produtos que representam o conhecimento.

A partir destas pontuações gerais sobre os materiais, pode-se citar as perspectivas que possibilitam uma inter-relação da Organização e Representação do Conhecimento e sua dimensão social, quando aplicadas aos processos executados para elaboração de catálogos de museus: classificação; ontologias; metadados; curadoria digital; humanidades digitais; modelos conceituais; articulação conceitual e as garantias que orientaram a semântica da criação de sistemas de organização do conhecimento: cultural, literária, a garantia científica/filosófica e a garantia educacional.

## 6 Referências

- Barité, M. (2001). Organización del conocimiento: Un nuevo marco teórico-conceptual en bibliotecología y documentación. In K. Carrara (Org.), *Educación, universidad e pesquisa: Textos completos do III simpósio em filosofia e ciência: paradigmas do conhecimento no final do milênio* (pp. 35–60). Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: FAPESP.
- Cerávolo, S. M., & Tálamo, M. de F. (2007). Os museus e a representação do conhecimento: Uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação. In *Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação* (Salvador, BA).
- Freitas, L. M., & Albuquerque, A. C. (2017). As abordagens da análise de domínio como aporte metodológico para a classificação arquivística. In *Anais do XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. Marília: UNESP.
- Hjørland, B., & Albrechtsen, H. (1995). Toward a new horizon in information science: Domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, 46(6), 400–425.
- Hjørland, B. (2002). Domain analysis in information science: Eleven approaches—traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*, 58(4), 422–462.
- Hjørland, B. (2004). Domain analysis: Socio-cognitive orientation for information science research. *Bulletin of the American Society for Information Science and Technology*, fev./mar.
- Hjørland, B. (2008). Concept in knowledge organization. In *Lifeboat for Knowledge Organization*. Disponível em [http://www.iva.dk/bh/lifeboat\\_ko/CONCEPTS/concept\\_in\\_knowledge\\_organization.htm](http://www.iva.dk/bh/lifeboat_ko/CONCEPTS/concept_in_knowledge_organization.htm)
- Marín Torres, M. T. (2002). Historia de la documentación museológica: La gestión de la memoria artística (387 p.). Gijón (Asturias).

